

A Assembleia Geral da Associação Brasileira de Antropologia, reunida durante a 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em João Pessoa, nos dias 03 a 06 de agosto de 2016, nas dependências da Universidade Federal da Paraíba, referendou o MANIFESTO DO COLETIVO ANTROPÓLOG@S PELA DEMOCRACIA formulado nos termos abaixo

EM DEFESA DA DEMOCRACIA E DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO NO BRASIL

Nós, Antropólog@s e Profissionais da área de Antropologia, nos juntamos aos diferentes movimentos em defesa da Democracia e do Estado Democrático de Direito no Brasil, e denunciemos a explícita situação de ilegalidade e de exceção em que se encontra o país.

Denunciamos e repudiamos, portanto:

- A ascensão ao poder de um governo usurpador e ilegítimo, que aí chegou através de um golpe de Estado parlamentar-jurídico-midiático, que visa implantar uma agenda político-econômica derrotada nas urnas, e que atenta contra o Estado Democrático de Direito, a sociedade brasileira, o patrimônio e a soberania nacional;
- Movimentos e ações intolerantes de cunho fascistas, racistas, homofóbicos e anti-feministas, e que atentam contra o livre pensar, o livre agir, a liberdade de expressão e a liberdade de manifestação; direitos estes garantidos pela Constituição Brasileira;
- O desmonte da Educação nacional, através da nomeação de Mendonça Filho para o cargo de ministro da Educação, o qual considera legítimas posições de grupos que defendem posturas claramente discriminatórias e cerceadoras da liberdade de expressão;
- O esvaziamento do Ministério da Ciência e Tecnologia, cuja pasta foi vinculada à das Comunicações, demonstrando novamente o total desconhecimento dos objetivos e fins das políticas nacionais de C&TI;
- O atentado ao patrimônio cultural brasileiro, em especial, através da criação de uma secretaria ministerial que usurpa competências do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN;
- A destruição da legislação ambiental brasileira, através do apoio do governo Temer à PEC 65/2012 que propõe o fim do processo de licenciamento ambiental para obras de qualquer magnitude;
- O atentado aos direitos trabalhistas, das mulheres, LGBT, povos indígenas, quilombolas e povos tradicionais;
- O desmonte do Estado de bem-estar social brasileiro, através de quaisquer medidas que venham a impactar os direitos sociais da população brasileira, em especial, daqueles cidadãos que se encontram em maiores condições de vulnerabilidade socioeconômica.

Entendemos que nenhuma crise econômica pode ser justificativa para o desrespeito à Constituição, o retrocesso ou para a retirada dos poucos direitos sociais que a sociedade brasileira conseguiu efetivar. As medidas tomadas pelo governo interno de Temer, como possíveis respostas à crise econômica, representam flagrante afronta aos direitos garantidos na Constituição Brasileira. Tais medidas promovem um impacto negativo profundo no desenvolvimento social, econômico e educacional da sociedade brasileira.

O Coletivo Antropólog@s pela Democracia firma o seu compromisso com a resistência contra o golpe de Estado e em defesa da Democracia e do Estado Democrático de Direito no Brasil.

Destinatários: Mesas Diretoras da Câmara e do Senado.